

FUNLEIDE, SULEIDE e CARA: história da instituição criada pelo Governo de Goiás após o acidente com o Césio-137 e suas modificações.

Larissa Mendanha Cabral¹

Resumo

Será apresentado um breve histórico sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia, a diante a história da instituição criada pelo Governo do Estado de Goiás para atender as vítimas do Césio-137, e suas alterações ao longo do tempo. A FUNLEIDE foi de grande importância para as vítimas, pois era o único local onde essas recebiam tratamento médico, psicológico, e cuidados quanto a bens materiais. As pesquisas feitas nessa instituição durante e após o acidente são relevantes para manter a história do acidente e o histórico dessas vítimas, e principalmente entender o que o césio-137 causou no corpo dessas pessoas, ainda há consequências e haverá pelo resto de suas vidas, por isso a importância de uma entidade ali presente para dar acompanhamento e tratamento. A instituição também controla toda e qualquer informação referente aos radioacidentados, uma vez que todos os seus exames e pesquisas relacionadas a eles encontram-se em seu poder. Soma-se a isso qualquer tipo de análise externa que é rigorosamente desacreditada pela FUNLEIDE. Aventamos que isso cria o que chamamos de controle de informações sobre os radioacidentados.

Palavras-chave: acidente, césio-137 e FUNLEIDE

O fato

Em 27 de setembro de 1987, aconteceu em Goiânia o Grande Prêmio Brasil Motociclista, um evento que levou muitas pessoas até a cidade que estava em clima de festa. Dias antes deste evento, ocorreu no setor Aeroporto algo inesperado e que iria

¹ Mestranda no PPGH da UFG, bolsista CAPES. E-mail: larissamendanha.mendanha@hotmail.com

então – diferente do evento motociclista – levar transtorno e tristeza para muitos moradores da cidade, e que repercutiu no mundo inteiro.

No dia 13 de setembro de 1987, num domingo, dois catadores de sucata (Roberto Santos Alves e Wagner Mota Pereira) andando pelo setor Aeroporto, encontraram no antigo prédio onde funcionava o Instituto Goiano de Radiologia, anexo a antiga Santa Casa de Misericórdia – demolida na década de 1970 – um aparelho de radioterapia deixada pelos responsáveis do hospital no local abandonado. Pegaram e levaram para casa um invólucro de chumbo que valia muito e pesava cerca de cerca de 400 quilos.

Com um pouco de dificuldade eles conseguiram abrir a cápsula, dentro dela havia um cilindro, e dentro dele um pó azul que emitia uma luz quando posto no escuro, fato que deixou impressionados todos os que tiveram contato com o Césio. Levaram então a peça de chumbo para ser vendido no ferro velho de Devair Alves Ferreira, que ficou encantado com o material; pegou e levou para casa, mostrou para sua esposa que também ficou impressionada; e assim foi-se espalhando os 19,26 gramas de cloreto de césio² pela cidade.

Dias após esse acontecimento, havia vagas notícias de que algumas pessoas que moravam próximo onde a cápsula foi aberta, estavam com intoxicação alimentar segundo alguns médicos, pois elas estavam com náuseas, mal estar, entre outros sintomas. Esses comentários foram divulgados na imprensa, como no Programa “Goiânia Urgente”³.

Maria Gabriela Ferreira esposa de Devair Alves Ferreira, depois que algumas pessoas próximas da sua casa e até mesmo ela e seus familiares começaram a se sentir mal, relacionou isso com o “pó mágico” que o marido tanto admirava. Diante da suspeita ela pegou o cilindro, embrulhou em um pano e o levou até a Vigilância Sanitária, fazendo o percurso de ônibus, junto com um dos funcionários do ferro velho,

²Césio: elemento químico radioativo que “emite partículas beta e gama, sendo esta última de elevada energia e muito penetrante.” (SUS, Superintendente Ivone Alvarenga, noções de radioproteção, Goiânia 26 de setembro de 2000)

³ BORGES, Weber. *Eu também sou vítima*. Goiânia: Asa editora gráfica, 2003.

Geraldo. Chegando lá, entregou a peça ao veterinário Paulo Roberto Machado e disse o que estava acontecendo. Era dia 28 de setembro! (BORGES, 2003, p.27)

O físico Walter Mendes Ferreira foi, então, convidado a ir à sede da Vigilância Sanitária. Sabendo dos acontecimentos e das conversas que corriam, logo ficou desconfiado e pegou um cintilômetro⁴ (ou contador Geiger) e próximo ao prédio o medidor apitava constantemente, mostrando a existência de material radioativo na região, o Césio 137. O “mistério” de tantas pessoas com mal estar foi então desvendado.

Policiais foram orientados a irem aos locais focos da contaminação para poderem retirar os moradores de suas casas e cercar o local, impedindo o acesso de pessoal não autorizado. A justificativa dada aos policiais, bem como aos moradores, era de que se tratava de um vazamento de gás. Eles entravam nesses lugares sem nenhuma proteção, só depois técnicos da Cnen⁵ (Comissão Nacional de Energia Nuclear) chegaram ao local.

No dia 29/09, o então secretário de saúde do Estado, o médico Antônio Faleiros foi informado e mandou que notificassem o diretor do Departamento de Instalações Nucleares (DIN) da CNEN

No dia 30.09.87, as 00:30 horas chegaram à Goiânia, o diretor do DIN, acompanhado de técnicos de radioproteção do IPEN. Em companhia dos diretores do IGR foram à Rua Paranaíba, nº 1587, onde estaria localizada a fonte (...) constatou-se que a unidade de teleterapia com fonte de césio-137 não se encontrava no referido local. (...) Na madrugada deste mesmo dia, foram contatados o Diretor Executivo-I da CNEN e a Diretoria do IRD, aos quais foi solicitado o envio imediato a Goiânia de equipes de?

- Proteção Radiológica;
- Controle Ambiental;
- Rejeito Radioativo; e
- Assistência médica.

⁴ Cintilômetro: aparelho que, através de um material cintilador, detecta e mede pequenas intensidades de radiação ionizante.

⁵ “É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criada em 1956. É responsável por regular e fiscalizar o uso da energia nuclear no Brasil. Investe também em pesquisa e desenvolvimento(...)” FONTE: <http://www.cnen.gov.br/perguntas-frequentes#1>

(COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988, p. 10-11)

Todos que entraram em contato com o Césio-137 sofreram consequências, os dias em que a cápsula ficou com os moradores do Setor Aeroporto sucederam vários acontecimentos inconvenientes às pessoas que ali moravam e ação rápida do governo. Começou-se assim um processo que desencadeou a descontaminação das áreas afetadas pelo Césio-137, que envolveu o governo e instituições como a CNEN.

Em relação aos objetos e casas contaminadas, foi necessário pegar todos os objetos e colocá-los em ‘containers’. Casas foram demolidas, árvores arrancadas, automóveis, pedaços de calçadas e ruas foram destruídas, animais foram sacrificados, e tudo gerou cerca de seis mil toneladas de rejeitos, que foram acondicionados primeiramente em tambores e depois em containers cobertos com concreto. “As pessoas com maior grau de contaminação e os locais atingidos foram isolados. Casas inteiras, carros, animais, árvores, enfim história de uma vida inteira em pouco tempo viraram montanhas de lixo radioativo.” (GOIÁS, 2012a, p. 14)

Os técnicos que recolhiam esses materiais se vestiam com roupas “especiais”, macacões feitos de algodão, como roupas normais, botas, luvas e capacete, e uma máscara; essa roupa não protegia completamente essas pessoas de serem contaminadas, a questão é que invés de a contaminação ir para seu corpo, havia a roupa como barreira.

“O transporte durou dias. O acidente gerou 6 mil toneladas de lixo, acondicionados em uma embalagem especial para os restos da fonte de Césio; 4.223 tambores comuns, de 200 litros cada; 1.347 caixas metálicas; 8 recipientes de concreto e 10 contêineres marítimos.” (GOIÁS, 2012a, p. 27)

A CNEN deu aviso para as pessoas irem até o Estádio Olímpico para verem se foram ou não contaminadas. Como vários boatos corriam na cidade, dizendo que locais não afetados foram contaminados, os técnicos acabaram examinando muitas pessoas. E na verdade poucas delas estavam contaminadas.

No período de 30 de setembro a 22 de dezembro, o Posto de Atendimento da CNEN, no Estádio Olímpico, monitorou 112800 pessoas. Desta população somente 249 foram identificados com taxas de dose indicativas de contaminação externa ou interna. Dentre estas, 120 pessoas apresentaram contaminação somente no vestuário e calçados; 129 pessoas apresentaram contaminação interna e externa. (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988, p. 32)

A Secretaria de Saúde do Estado de Goiás escolheu o Estádio Olímpico para abrigar as pessoas que foram afetadas pelo acidente. Lá elas recebiam atendimento médico: eram analisadas clinicamente e radiometricamente, e dependendo da situação, levados para o HGG, FEBEM e Albergue Bom Samaritano.

A finalidade da monitoração foi:

- identificar qualquer contaminação;
- aplicar medidas preliminares de descontaminação, bem como avaliar a eficácia desse procedimento; e
- em caso de persistência da contaminação, encaminhar para acompanhamento médico pela equipe de especialistas. (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988, p. 18)

Algumas vítimas em estado muito crítico foram levadas para o Hospital Naval Marcílio Dias pertencente à Marinha Brasileira, no Rio de Janeiro, pois em Goiás ainda não havia nenhuma unidade especializada em radiação. “Foram recrutados mais de 100 profissionais especializados, todos militares. (...) Além do Curso de Radioproteção, todos receberam adestramento específico antes de iniciarem o atendimento aos pacientes.” (ROCHA, 2008, p. 29)

No dia 01/10/87 chegaram ao hospital os seis primeiros pacientes. Já nos dias 03, 21 e 31 de outubro do mesmo ano, chegaram respectivamente quatro, dois e dois pacientes, dando um total de quatorze pacientes advindos de Goiânia para serem tratados no hospital. Chegaram também físicos e médicos de outros países para auxiliar o atendimento vindos da Alemanha, Argentina, Estados Unidos e União Soviética, trazendo também alguns medicamentos. “Pela primeira vez o Hospital Naval Marcílio Dias iria utilizar sua enfermagem para atendimento a vítimas de acidente radioativo. O

tempo era escasso, menos de 24 horas para preparar as instalações do hospital.” (ROCHA, 2008, p. 29)

A FUNLEIDE, Fundação Leide das Neves, foi criada pelo governo do estado em fevereiro de 1988 para atender as “vítimas” do Césio.

A categoria “vítima” não é dada de antemão, há intensas disputas políticas em torno de sua definição. As marcas físicas registradas pelo monitoramento radiológico ou pela junta médica ainda constituem o critério predominante na caracterização da vítimas, embora a maioria dos efeitos da contaminação escape ao crivo científico. A categoria é objeto de disputas observadas ao longo de um processo dramático de luta por reconhecimento e direitos.

A figura de vítima, uma categoria heterogênea que agrega pessoas em diversas posições e em diferentes temporalidades no curso do evento Césio-137, passa a ser central nas narrativas produzidas depois de 1987. A cada nova narrativa, o número de vítimas e de mortes é contado e recontado, e essa categoria é redefinida e ampliada em franca contestação dos registros oficiais. (VIEIRA, 2014, p. 71)

A instituição tinham médicos especializados para atender as duzentas e quarenta e nove pessoas que foram inicialmente reconhecidas oficialmente como vítimas do acidente; podemos aventar que a intenção era reduzir a quantidade de pessoas a receber tratamento e acompanhamento de saúde.

FUNLEIDE

Foi criada para atender os radioacidentados durante o tempo que fosse necessário dando a eles assistência médica, psíquica, odontológica e social. Toda forma de amparo aos radioacidentados foi de responsabilidade da Funleide. Halim Antonio Girade foi o primeiro presidente da fundação.

Criada pelo governo do estado de Goiás através da Lei nº 10.339 de 09-11-1987, que ‘Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação

Leide das Neves Ferreira e dá outras providências’ e instituída pelo Decreto nº 2.897 de 11-02-1988, a Fundação Leide das Neves Ferreira – Funleide apresentava competências como prestar assistência médica e social as vítimas direta e indiretamente atingidas pelo acidente radioativo de Goiânia, durante o tempo que se fizer necessário ou até a 3º geração de vítimas; realizar estudos epidemiológicos sobre os efeitos do acidente, dentre outras.” (GOIÁS, 2012b, p. 1).

Em relação à pesquisa, recebia técnicos de vários lugares do mundo, e auxílio de várias entidades internacionais que eram interessadas no desenvolvimento das pesquisas sobre o Césio-137, em relação a seus efeitos no corpo humano. Foi referencial em todo mundo no tratamento de radioacidentados. Fez convênios com várias instituições ao redor do mundo, interessados na pesquisa e também em ajudar as pessoas afetadas com o acidente⁶. O governo japonês fez um convênio com Goiás, para que a fundação atendesse cerca de cento e cinquenta e três japoneses vítimas da bomba atômica na Segunda Guerra que moravam no Brasil. (JORNAL DA SAÚDE, Goiânia dezembro de 1989)

Um decreto lançado em julho de 1993 declarou que a FUNLEIDE não tem fins lucrativos, que sua natureza e seus objetivos não deveriam ser alterados. O prazo de duração da FUNLEIDE é indeterminado. Suas finalidades são: auxiliar as pessoas que se acidentaram por causa do césio 137 de forma médica e social, fazer estudos sobre os efeitos do césio no corpo humano e como evitá-los ou diminuir as consequências, pesquisa em Física e Medicina nuclear e outras áreas que fossem necessárias, capacitar pessoas para que trabalhassem na fundação de várias funções específicas necessárias para atender os radioacidentados,

Art. 6º X - promover cursos, simpósios, estudos e intercâmbio;
XI – promover a divulgação de conhecimentos tecnológicos e a edição de publicações técnicas e científicas;

⁶ Alguns exemplos de instituições que fizeram convênio foram: Universidade de Leiden (Holanda), Institute Villejuit (França), Institute Curie (França), REACT-Oak Ridge (Tennessee - USA), Universidade de York (Canadá), Hospital da Bomba Atômica e Fundação dos Efeitos da Radioatividade nos Seres Humanos (Japão), entre outras.

XII- instituir bolsas de estudo e estágios, assistência a estudiosos e pesquisadores, que possam contribuir para a consecução dos demais objetivos da Fundação. (GOIÁS, 1993c, p. 2).

A Fundação se mantinha não só com o governo e os convênios, mas também com bens móveis e imóveis, doações, auxílios, de pessoas físicas ou jurídicas nacionais e internacionais, ou qualquer outro tipo de renda destinado a ela. O significado de fundação é descrito nos documentos que encontramos para entendermos melhor o que é por causa das mudanças de nomes que o local recebeu (FUNLEIDE, SULEIDE, CARA) “Art. 1º - A Fundação Leide das Neves Ferreira é um entidade de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira e sem fins lucrativos.” (GOIÁS, 1993c, p.1). Era regulamentada por estatuto.

Halim, em um relatório sobre a Funleide um ano após o acidente, fala sobre o trabalho pioneiro da instituição e destaca a participação de universidades brasileiras e de comunidades científicas nacionais e internacionais (GOIÁS, 2012a, p. 42). As pessoas que trabalhavam na Fundação entravam através de concurso público ou provas de títulos, alguns faziam serviços temporários ou eventuais especializados através de contrato, ou estágio. Para organizar, administrar, manter o patrimônio, representar as vítimas radioacidentadas, entre outros da FUNLEIDE, havia a assembleia geral, o conselho superior, conselho curador, conselho científico, conselho superior, o presidente, diretor de administração e finanças, e diretor técnico.

A equipe de atendimento médico da Fundação Lede das Neves Ferreira estruturou os grupos de pacientes que necessitaram receber acompanhamento clínico baseado nos critérios adotados pelo AIEA (International Atomic Energy Agency) e na sugestão feita por meio do protocolo encaminhado á FunLeide pelo médico Alexandre de Oliveira. (GOVERNO DE GOIÁS, 2012a, p. 42)

Os radioacidentados foram divididos em três grupos de acordo com o contato (direto ou indireto) com o material radioativo. Os dois primeiros grupos recebiam atendimento prioritário.

Todas as pessoas identificadas como contaminadas ou radioacidentadas eram submetidas a severos procedimentos de descontaminação conforme o grupo ao qual pertenciam.

De acordo com os relatórios da Funleide de 1988 (compilados no Dossiê da AVCésio, 1993), o Grupo I reúne pessoas que receberam dosagem de radiação acima de 500 rads. O Grupo II é composto por pessoas que apresentam níveis de aproximadamente 100 rads. No grupo III, são listadas pessoas cujo nível de radiação oscila entre 50 rads e 100 rads. No Grupo IV, são classificadas todas as pessoas com menos de 50 rads. As pessoas dos grupos I e II tiveram contato direto com as partículas radiológicas e apresentaram alterações somáticas. Conforme os registros da Suleide, em referência ao ano 2009, 51 pessoas pertencem ao grupo I e 44 são relacionadas ao grupo II. O grupo IV foi abolido e as pessoas desse grupo foram classificadas no grupo III, que atualmente inclui 659 vítimas. (VIEIRA, 2014, p. 75-76)

Esses grupos foram criados essencialmente para que a fundação tivesse controle, pois ao longo dos anos mais pessoas foram consideradas vítimas do acidente e sendo encaixadas no tratamento oferecido pela Funleide, e essa foi a forma de organizar esses indivíduos para saber qual a gravidade no caso de cada pessoa e fazerem o tratamento adequado.

Núcleos médico

Em um relatório sobre o acidente com o césio, médicos que trabalhavam na Fundação, apresentam as alterações que o desastre causou nas pessoas. Na parte que corresponde à equipe médica, ressaltam quais e a quantidade de exames que os pacientes faziam para que os médicos tivessem controle do desenvolvimento das doenças causadas pelo césio de acordo com os grupos em que essas pessoas eram colocadas.

O grupo I costumava fazer mais exames e com maior frequência, exames feitos variavam entre bimestrais, semestrais e anuais, e com o tempo foram diminuindo a frequência dos exames, pois de acordo com o paciente, se ele não desenvolvesse problemas a longo prazo não era necessário fazer alguns exames com tanta precisão.

Pelo que alguns médicos relataram, como ainda estavam na fase aguda do acontecimento era fácil falar das lesões no corpo de algumas vítimas, como e por que surgiam, mas difícil dizer se as pessoas iriam se restabelecer de forma lenta ou mais rápida com o tratamento.

Já o núcleo de enfermagem fazia curativos nos pacientes, e os mantinham orientados quanto aos cuidados que deveriam tomar, a importância de fazer os exames, a necessidade de cuidar da higiene, pois isso ajudava a eliminar o césio, os remédios eram controlados pelos enfermeiros e passados ao paciente na hora certa.

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Enfermagem atua no sentido de dar assistência bio-psico-social no campo preventivo e curativo às pessoas envolvidadas com o acidente radioativo com o Césio-137 (...) No campo preventivo a enfermagem prestou assistência a todos os pacientes no HGG-INAMPS e CRF (FEBEM), com observações e orientações quanto á coleta de fezes e urina destes pacientes que requeriam cuidados especiais, pois estes materiais tinham que ser analisados e eles não podiam usar vasos sanitários. A higiene era de grande importância, porque o Césio-137 era eliminado pelo suor. Assim o banho diário contribuía muito na descontaminação externa do paciente. Os cuidados com higiene bucal eram feitos com escovações e bochechos. (GOIÁS, s/d, s/p)

Segundo o núcleo de odontologia, alguns pacientes apresentavam hipersensibilidade ao frio, calor e doce, queixavam-se de sangramento gengival, apresentaram parestesia⁷, trismo⁸, perda e alteração do paladar e xerostomia⁹. No documento, não só no núcleo odontológico, há uma explícita ressalva sobre a falta de recursos financeiros que da Fundação para conseguirem comprar todo material para atender as vítimas e também a dificuldade de encontrar profissionais para lidarem com isso. Porém, alguns profissionais observaram que a existência da Fundação é muito importante para o tratamento dessas vítimas, e que em outros lugares não há preparação adequado.

⁷ sensação anormal e desagradável sobre a pele que assume diversas formas (p.ex., queimação, dormência, coceira etc.)

⁸ constrição mandibular devido à contração involuntária dos músculos mastigatórios, que se constitui em um dos sinais característicos do tétano.

⁹ secura excessiva da boca, em razão da secreção insuficiente ou nula de saliva.

Perante as necessidades odontológicas dos pacientes envolvidos no acidente radioativo com o Césio-137, em Goiânia, estabeleceu-se um programa de saúde estomatológica no sentido de identificar e sanar as entidades patológicas orais das referidas pessoas. (GOIÁS, s/d, s/p)
Dispomos em nossa equipe de uma Odonto pediatria que após uma avaliação detalhada das estruturas orais dos pacientes, chegou a conclusão de que os problemas odontológicos encontrados são comuns á população brasileira nesta faixa etária. (GOIÁS, s/d, s/p)

Os nutricionistas fizeram pesquisas para montar a cesta básica para essas vítimas, consultaram o que eles comiam antes do acidente, e o que precisariam de comer de nutrientes, pois com o acidente alguns nutrientes no corpo se esvaíam com rapidez e era necessário repor novamente para impedir novas doenças e manter a saúde.

(...) foi constituída uma cesta básica especial para pacientes com radiodermites em atividade, uma vez que apresentam grandes problemas nutricionais e perda maciça de líquidos e eletrólitos. As proteínas séricas são perdidas por exsudação das áreas que sofreram queimaduras. Ocorre ainda uma destruição extensiva de tecidos, provocando perdas de nitrogênio e potássio pela urina. Essa perda reduz gradualmente á medida que a cicatrização se processa. (GOIÁS, s/d, s/p)

Antes de fechar os alimentos que iriam integrar a cesta básica, foi realizada uma reunião com a população estudada a fim de revelar os resultados obtidos, bem como responder aos anseios dos mesmos em relação a esta cesta. (GOIÁS, s/d, s/p)

O objetivo do núcleo de serviço social é diminuir a tensão que o desastre causou. Preenchem fichas que são atualizadas sempre que preciso com os dados das vítimas relatando a sua condição social. São encarregados de encaminharem os pacientes para um profissional que é encarregado de observar a frequência com que essas vítimas procuram e recebem atendimento. Quando necessário, fazem visitas domiciliares aos pacientes para ver a realidade que eles vivem, para assim, o núcleo poder intervir e auxiliar essas vítimas, ouvem as mesmas para poder saber o que está lhe angustiando e quais seus planos futuros.

O serviço social foi encarregado de acompanhar as vítimas para providenciar os documentos que perderam no acidente. Fizeram um levantamento das perdas materiais dos indivíduos acidentados para que o governo pudesse ressarcir-los. Para que essas pessoas tivessem melhor acesso a Fundação, o serviço social concedia as passagens de ônibus, até mesmo passagens interurbanas para quem não residisse em Goiânia.

As vítimas que tiveram problemas financeiros por conta do acidente, o núcleo concedia uma verba provisória para que essas pudessem alugar moradias, já as que perderam sua casa por conta do césio, foram ressarcidos. Algumas vítimas receberam auxílio financeiro para que pudessem comprar coisas básicas como: materiais escolares e pagar impostos. O núcleo também era encarregado de orientar as pessoas a um trabalho. O documento ainda destaca o preconceito que essas vítimas sofrem, e para isso o serviço social está presente para encorajar essas pessoas e melhorar sua vida social.

As consultas são realizadas em consultórios médicos estabelecidos na FUNLEIDE, bem como os exames laboratoriais mais rotineiros. Outros exames são feitos por laboratórios conveniados, localizados em Goiânia. Quando a rede de laboratório da cidade não dispõe de recursos, faz-se necessário o deslocamento do paciente até outros centros especializados. Havendo necessidade de tal procedimento, um profissional da área de Saúde acompanha o paciente.

(...)

Em função desse acompanhamento médico, desenvolvido durante os últimos três anos a avaliação clínica e laboratorial dos radioacidentados de Goiânia indica o seguinte quadro geral:

- Entre homens adultos: hipertensão arterial, epigastralgia, leucopenia, doenças sexualmente transmissíveis, alterações psiquiátricas e verminoses.

-Entre mulheres adultas: além dos mesmos quadros verificados entre homens adultos, constatam-se leucorréia e displasia mamária. Não foram encontrados alterações hormonais neste grupo.

-Entre crianças: graus variados de anemia que foram tratadas clinicamente – os recém nascidos após o acidente foram normais.

-Radiodermite: algumas amputações, vários debridamentos cirúrgicos e enxertos de pele em lesões ainda não tratadas em lesões que recidivaram até o momento, as recidivas em mão persistem em alguns pacientes, sendo necessários cuidados especiais e curativos locais.

(GOIÁS, s/dd, s/p)

Na parte do núcleo de psicologia, os profissionais analisaram que as pessoas envolvidas com o acidente desenvolveram problemas psicossociais como: “(...) ansiedade, medo do desconhecido, pânico, insônia e insegurança quanto á saúde” (RELATORIO, s/d, s/p). Pessoas que trabalharam durante o acidente envolvendo os acidentados, também tinham medo do desconhecido e muitos deles receberam acompanhamento psíquico. No documento, o núcleo explica que a permanência do preconceito com as vítimas é presente e causa nelas impacto negativo, pois alguns se sentem desmotivados em fazer as coisas que fazia antes, e a importância do acompanhamento dessas pessoas.

A psicoterapeuta Suzana Helou, fez um estudo aprofundado sobre as consequências psicossociais do acidente, em sua obra “*Césio 137: Consequências psicossociais do acidente de Goiânia*”, com entrevistas com várias vítimas e analisou os sentimentos delas após o acidente, entre eles: o medo, a tristeza, a angústia, a depressão, ansiedade, revolta e raiva. Parte significativa das vítimas foi afetada por esses sentimentos durante e após o acidente, na fase crítica do acidente – conhecida assim logo após o descobrimento da cápsula pela Vigilância Sanitária até o fim da descontaminação dos locais focos e das pessoas e início do tratamento – era bastante comum sentirem isso, mas logo começou o tratamento psicológico, que ajudou essas vítimas a se recuperarem, apesar de até hoje ser nítido o sofrimento de algumas famílias que perderam parentes e ainda tem no seu corpo marcas do césio (HELOU E NETO, 2014, 40-49).

SULEIDE

Em 11 de novembro de 1999, a Funleide foi extinta pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, e transformada em Suleide (Superintendência Leide das Neves), por força da lei 13.550, artigo terceiro, onde cita as autarquias e fundações que serão a partir de então extintas. A Suleide foi então encarregada e dar continuidade aos serviços prestados pela Funleide. As competências da FUNLEIDE foram transferidas para a Secretaria Estadual da Saúde, virando assim SULEIDE.

Cabia a então superintendência fazer o pagamento das consultas e exames quando não eram feitos pelas vítimas dentro da instituição, pois as vítimas também poderiam escolher hospitais particulares pelo Ipasgo. “Os radioacidentados assistidos pela SULEIDE somam um total de 614, sendo 44 pertencentes ao GRUPO I, 54 ao GRUPO II e 516 ao GRUPO III, extensivos aos seus descendentes.” (ALVARENGA, 2000, p. 6)

O Centro de Documentação da SULEIDE tem o acervo do Acidente Radiológico de Goiânia, bem como os prontuários médicos acompanhamento. As informações que para alunos, professores e pesquisadores de colégios, universidades e entidades científicas, através da Home Page. (GOIÁS, 2002, p. 22).

No dia 8 de julho de 2002, por conta de algumas vítimas que não recebiam auxílio até então, foi criada a lei Estadual 14.226. Dentre essas pessoas estavam os policiais que carregavam as vítimas nos carros, pois não havia ambulância na época, e os técnicos que fizeram a limpeza dos locais contaminados por conta da falta de proteção das roupas que usavam foram contaminados.

Tema: Reajusta os valores das pensões especiais que especifica, dispõe sobre a concessão de pensões especiais às pessoas irradiadas ou contaminadas que trabalharam na descontaminação da área acidentada com o Césio 137, na vigilância do Depósito Provisório em Abadia de Goiás e no atendimento de saúde às vítimas diretas do acidente e dá outras providências. (GOIÁS, 2013, p.2).

O aperfeiçoamento do sistema de monitoramento fez aumentar a quantidade de consultas dos pacientes na instituição, pois quanto mais as vítimas consultam lá, melhor é para os médicos terem o controle do resultado do acompanhamento dessas pessoas, permitindo assim que a Suleide faça também a atualização dos dados sócio-econômico-demográficos dos pacientes de todos os grupos. Havia dentro da Suleide o

Comitê de Ética e Pesquisa Dr. Henrique Santillo, reconhecido como oficial da SESGO, era o nome do grupo de pesquisa da instituição¹⁰.

C.A.R.A

A Suleide foi desmembrada, e para dar continuidade a seus serviços a instituição foi dividida em duas: o Centro de Assistência ao Radioacidentados (C.A.R.A) e o Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos Leide das Neves Ferreira (CEEPP-LNF), pela Lei 17.257/2011, e por recomendações do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado.

O Cara é uma unidade de assistência da Secretaria Estadual da Saúde de Goiás. Coordena o sistema de referência e contrarreferência dos radioacidentados, monitora a saúde das vítimas com Césio 137. Responsável pela Junta Médica Oficial Específica, Comissão Médica Oficial Específica e o Comitê Multidisciplinar para Inclusão em Grupo III.

O CEEPP-LNF é responsável pela análise dos dados gerados pelo Cara, elabora projetos de pesquisa e produz estudos epidemiológicos com base nas informações dos grupos de acompanhamento. Além de manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa, coordena o Comitê de Ética em Pesquisa Dr. Henrique Santillo. (GOIÁS, 2012a, p.44)

Subordinado diretamente ao Gabinete do Secretário da Saúde está o Centro de Excelência em ensino, Pesquisa e Projetos Leide das Neves Ferreira; e o Centro de Assistência aos Radioacidentados está voltado a Superintendência de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde, continuando assim (como a Suleide) uma unidade da Secretaria Estadual da Saúde de Goiás¹¹.

O CEEPP – LNF, instituído pelo decreto número 7.255, de março de 2011, tem atribuições como promover desenvolvimento científico e tecnológico por paradigmas de ética e imparcialidade, colaborando com o desenvolvimento da saúde e melhorando o padrão de vida da população de Goiás. Deve estabelecer vínculos com

¹⁰ <http://www.cesio137goiania.go.gov.br/index.php?idMateria=170892>

¹¹ <http://www.cesio137goiania.go.gov.br/index.php?idEditoria=3800>

demais instituições governamentais como: Gestão do Sistema Único de Saúde; da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; da Agricultura; entre outros. Analisa os dados dos pacientes vindos do CARA¹⁰.

As pessoas atendidas pelo CARA na última análise da instituição feita em julho de 2016, constam um número de 1.307 indivíduos ao todo em relação aos três grupos, e o atendimento aos familiares desses como: filhos e netos, que por conta da forte radiação do Césio 137 também foram afetados com doenças consequência do material radioativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Ivonete Freitas Daher. Superintendência Leide das Neves. Goiânia: 2000.

BORGES, Weber. *Eu também sou vítima*. Goiânia: Asa editora gráfica, 2003.

GOIÁS, Revista Césio 137, 25 anos. Uma história pra lembrar e prevenir. Setembro de 2012a.

GOIÁS, *Boletim epidemiológico: análise descritiva após 25 anos do acidente com o Césio 137 em Goiânia*, 2012b.

GOIÁS, Decreto de julho de 1993c, p. 1-12.

GOIÁS, *Relatório de gestão exercício 2001*, janeiro de 2002.

GOIÁS, *Legislação*, 2013.

GOIÁS. Relatório do Núcleo de Serviço Social da Fundação Leide das Neves Ferreira. Goiânia, s/d.

HELOU, Suzana; NETO, Sebastião Benício da Costa. Césio 137 consequências psicossociais do acidente de Goiânia. Editora UFG, 2014 – 2ª edição.

VIEIRA, Suzane de Alencar. Césio-137 o drama azul irradiação em narrativas. Cânone editorial, 2014.

ROCHA, Sônia Fonseca. Revista Navigator, Acidente Radioativo com o Césio 137: A participação da marinha no atendimento às vítimas, subsídios para a história matítima do Brasil, edição especial – dezembro 2008.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCELAR, Relatório sobre o acidente radiológico com o Cs-137 em Goiânia, 1988.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019